



ASSOCIAÇÃO RUMO À VIDA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas:	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas e Centros de Custo:.....	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Evolução	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade.....	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	15
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	15
6. Locações.....	16
7. Rédito	16
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo	17
9. Benefícios dos empregados	17
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
11. Outras Informações.....	17
11.1. Investimentos Financeiros	18
11.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	18
11.3. Clientes e Utentes	18
11.4. Caixa e Depósitos Bancários.....	18
11.5. Fundos Patrimoniais.....	18
11.6. Fornecedores	19
11.7. Estado e Outros Entes Públicos.....	19
11.8. Outras Contas a Pagar	19
11.9. Subsídios, doações e legados à exploração	19
11.10. Fornecimentos e serviços externos.....	20
11.11. Outros rendimentos e ganhos	20
11.12. Outros gastos e perdas	21
11.13. Resultados Financeiros.....	21
11.14. Acontecimentos após data de Balanço.....	21

Balanço

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2019	31-12-2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5 e 6	64 770	81 411
Investimentos financeiros	11.1	4 017	2 721
Subtotal		68 788	84 133
Ativo corrente			
Estado e outros Entes Públicos	11.7	508	2 889
Diferimentos		790	787
Caixa e depósitos bancários	11.4	113 835	88 703
Subtotal		115 134	92 378
Total do Ativo		183 921	176 511
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	11.5	2 499	34 316
Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	90 053	107 160
Subtotal		92 552	141 476
Resultado Líquido do período		21 322	(31 817)
Total do fundo do capital		113 874	109 659
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	11.8	6 187	11 991
Subtotal		6 187	11 991
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	10 104	9 685
Estado e outros Entes Públicos	11.7	16 160	12 083
Diferimentos			
Outras contas a pagar	11.8	37 596	33 094
Subtotal		63 860	54 861
Total do passivo		70 047	66 852
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		183 921	176 511

Matosinhos, 6 de março 2020

O Contabilista Certificado

A Direção,

Demonstração dos Resultados por Naturezas:

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	7	39 855	36 180
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11.9	278 576	201 356
Fornecimentos e serviços externos	11.10	(83 670)	(68 995)
Gastos com o pessoal	9	(226 152)	(195 636)
Outros rendimentos e ganhos	11.11	29 762	10 547
Outros gastos e perdas	11.12	(96)	(198)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		38 274	(16 747)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(16 641)	(14 532)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		21 632	(31 279)
Juros e rendimentos similares obtidos		227	176
Juros e gastos similares suportados	11.13	(537)	(713)
Resultados antes de impostos		21 322	(31 817)
Resultado líquido do período		21 322	(31 817)

Demonstração dos Resultados por Naturezas e Centros de Custo:

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	CAO	Ensino	Geral	PERÍODOS	
					2019	2018
Vendas e serviços prestados	7	27 250	9 425	3 180	39 855	36 180
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11.9	158 804	86 646	33 126	278 576	201 356
ISS, IP		144 978	79 836			
Outras entidades públicas		12 556	6 184			
IEFP		1 270	626			
Doações				33 126		
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-56 673	-26 611	-386	-83 670	-68 995
Gastos com o pessoal	9	-148 739	-77 413	0	-226 152	-195 636
Outros rendimentos e ganhos	11.11	25 669	4 093	0	29 762	10 547
Outros gastos e perdas	11.12			-96	-96	-198
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos					38 274	-16 747
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-9 382	-7 260	0	-16 641	-14 532
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)					21 632	-31 279
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	227	227	176
Juros e gastos similares suportados	11.13	0	0	-537	-537	-713
Resultados antes de impostos		-3 071	-11 121	35 514	21 322	-31 817
Resultado líquido do período		-3 071	-11 121	35 514	21 322	-31 817

Matosinhos, 6 de março 2020

O Contabilista Certificado

A Direção,

Demonstração dos Resultados por Funções

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Actividade CAO	Actividade Ensino	Outras actividades IPSS	PERÍODOS	
					2019	2018
Vendas e serviços prestados	a	184 784	95 445	3 180	283 409	211 873
Custo das vendas e dos serviços prestados	b	-186 345	-99 178		-285 524	-225 441
Resultado bruto		-1 562	-3 733	3 180	-2 115	-13 568
Outros rendimentos	c	19 454		33 126	52 580	26 219
Gastos de distribuição		0	0	0	0	0
Gastos administrativos	d	-20 963	-7 387	-386	-28 737	-44 059
Outros gastos				-96	-96	-409
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3 071	-11 121	35 824	21 632	-31 817
Gastos de financiamento (líquidos)		0	0	-310	-310	
Resultados antes de impostos		-3 071	-11 121	35 514	21 322	-31 817
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		-3 071	-11 121	35 514	21 322	-31 817

Matosinhos, 6 de março 2020

O Contabilista Certificado

A Direção,

Notas:

a) No valor de Vendas e Serviços Prestados está incluído o valor recebido a título de Subsídio da DGEstE, no caso do ensino; da Segurança Social a título de participação com os alunos do CAO; Nas outras Atividades estão Quotas e Serviços complementares prestados em apoio às famílias e terapias.

b) Inclui todos os gastos dispendidos directamente com cada uma das valências;

c) Nos Outros Rendimentos estão registados os Donativos recebidos

d) Gastos Administrativos são Gastos indirectos com as várias valências.

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Evolução

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas Legais	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	-	-	-	36 612	-	-	52 691		89 303	-	89 303
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Aprovação de contas				(2 297)					(2 297)			(2 297)
Ajustamentos - recebimentos relativos a 2018/19 (CMM e IKEA)							63 497		63 497			63 497
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(9 028)		(9 028)			(9 028)
	2	-	-	-	(2 297)	-	-	54 469	-	52 172	-	52 172
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(31 817)	(31 817)			(31 817)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							(31 817)	20 356	-		20 356
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	1+4+5	-	-	-	34 316	-	-	107 160	(31 817)	141 476	-	109 659

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas Legais	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	-	-	-	34 316	-	-	107 160		141 476	-	141 476
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Aprovação de contas				(31 817)						(31 817)		(31 817)
Ajustamentos - recebimentos em 2019 - IKEA							7 800			7 800		7 800
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-			(24 907)			(24 907)		(24 907)
	7	-	-	-	(31 817)	-	-	(17 107)	-	(48 924)	-	(48 924)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							21 322		21 322		21 322
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							21 322		(27 602)	-	(27 602)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6+7+8+10	-	-	-	2 499	-	-	90 053	21 322	92 552	-	113 874

Matosinhos, 6 de março 2020

O Contabilista Certificado

A Direção,

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2019	2018
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes e utentes	36 641	33 412
Pagamento a fornecedores	(81 748)	(66 277)
Pagamentos ao pessoal	(221 122)	(189 915)
Caixa gerada pelas operações	(266 229)	(222 780)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	256 963	181 844
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(9 266)	(40 936)
Fluxos de caixa das actividade de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	(6 205)	(21 205)
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)	(6 205)	(21 205)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos (Subs. Ao investimento)</i>	7 800	63 497
<i>Realizações de fundos</i>		
<i>Cobertura de prejuízos</i>		
<i>Doações</i>	33 340	24 219
<i>Outras operações de financiamento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>		
<i>Juros e gastos similares</i>	(537)	(713)
<i>Dividendos</i>		
<i>Reduções do fundo</i>		
<i>Outras operações de financiamento</i>		
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)	40 603	87 003
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	25 132	24 862
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	88 703	63 841
Caixa e seus equivalentes no fim do período	113 835	88 703

Matosinhos, 6 de março 2020

O Contabilista Certificado

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação Rumo à Vida é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação com estatutos publicados no Diário da República nº 46 de 06/03/2007, Série II, registada com o NIPC 507 972 732, sendo uma IPSS Reg. nº 75/08 de 17/09/2008- NISS 20018981987, com sede na Rua Central do Seixo, Matosinhos. A sua atividade está enquadrada em dois CAE: Principal 94995 (Atividades das organizações associativas) e Secundário 85201 (Atividades de ensino básico). Tem como missão apoiar pessoas com deficiência moderada e alguma autonomia, para que possam alcançar os seguintes objetivos:

- Orientar e acompanhar jovens/adultos com deficiência em idade pós-escolar desenvolvendo a autonomia destes com vista à inclusão na vida social ativa.
- Promover o aperfeiçoamento de habilidades e competências adquiridas e o desenvolvimento de aptidões que lhes permitam encontrar uma área de trabalho e um espaço de vida onde possam prestar o seu contributo e se sintam felizes.

Em termos históricos, o ano de 2015 representou um marco para a Associação, pois tratou-se do início da prestação de serviço de educação e CAO (Centro de Atividades Ocupacionais) - ano letivo de 2015-2016 - num espaço adequado aos fins sociais, cedido a título de contrato de comodato pela Câmara Municipal de Matosinhos, onde é a sede e se desenvolve a atividade. Em 2017, (ano letivo de 2017-18, iniciado em setembro) foi um ano de consolidação, considerando que foi o primeiro ano em que as duas atividades Ensino e CAO ficaram com os contratos com o Ministério do Educação (DGEstE) e da Segurança Social devidamente protocolados e estabilizados, facto também visível nas contas de 2018.

No ano de 2019, já apresenta um resultado positivo, também devido ao facto de manter o contrato com a DGEstE em pleno funcionamento com 12 alunos e o CAO estar com a ocupação plena, desde Out/2019, com 28 utentes assegurado pelo protocolo com a Segurança Social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2014 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se

relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade, ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção

inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	7
Outros ativos tangíveis (Elevador)	12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Investimentos financeiros

Encontram-se registados nesta rubrica os valores entregues relativos aos Fundos de Compensação Salarial, de acordo com a legislação em vigor.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo, subtraindo as perdas por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando a imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), tal como previsto na NCRF-ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Loações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Loações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No exercício em apreço a Associação não teve rendimentos não abrangidos pela isenção, pelo que não tem apuramento de IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 027	-	-	-	-	2 027
Equipamento básico	22 763	-	-	-	-	22 763
Equipamento de transporte	58 652	-	-	-	-	58 652
Equipamento administrativo	486	-	-	-	-	486
Outros Ativos fixos tangíveis	38 390	-	-	-	-	38 390
Total	122 319	-	-	-	-	122 319
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	270	203	-	-	-	473
Equipamento básico	4 601	4 070	-	-	-	8 671
Equipamento de transporte	25 084	8 379	-	-	-	33 463
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	235	97	-	-	-	332
Outros Ativos fixos tangíveis	10 718	3 892	-	-	-	14 610
Total	40 907	16 641	-	-	-	57 549

6. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2019			2018		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	35 064	25 881	9 184	35 064	20 872	14 193
Total	35 064	25 881	9 184	35 064	20 872	14 193

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	5 163	369	5 532	4 957	575	5 532
De um a cinco anos	6 214	149	6 363	11 377	518	11 895
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	11 377	518	11 895	16 334	1 093	17 427

7. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	36 675	33 760
Quotas e Jóias	3 180	2 420
Total	39 855	36 180

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
IEFP Norte	1 896	1 138
C.M. Matosinhos	18 741	10 759
Min- Educação - DGEstE	79 436	60 678
Segurança Social - Acordo coop. CAO	144 978	104 144
Total	245 050	176 718

9. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 16 trabalhadores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	179 039	154 559
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	39 985	34 480
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 278	2 082
Outros Gastos com o Pessoal	4 850	4 515
Total	226 152	195 636

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Investimentos noutras empresas	-	-
Fundos de compensação	4 017	2 721
Total	4 017	2 721

11.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Esta rubrica não tem valores em saldos pelo facto de a Associação registar as suas receitas e emitir o correspondente recibo (donativos), ou fatura-recibo (quotas), no momento de recebimento.

11.3. Clientes e Utentes

Esta rubrica não tem valores em saldos pelo facto de a Associação registar as suas receitas e emitir o correspondente recibo, ou fatura-recibo, no momento de recebimento.

Não existem mensalidades contratualizadas com utentes por regularizar.

11.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa (*)	927	208
Depósitos à ordem	4 408	1 494
Depósitos a prazo	108 500	87 000
Total	113 835	88 703

(*) O saldo pontual acima do valor médio de 200€, em caixa reflete o valor de vendas a dinheiro no stand "MarShopping" cujo depósito foi efetuado nos primeiros dias de janeiro de 2020.

11.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Resultados transitados	34 316		(31 817)	2 499
Outras variações nos fundos patrimoniais	107 160	7 800	(24 907)	90 053
Fundação EDP (Elevador)	29 707		(3 626)	26 081
BPI Capacitar (Lavandaria pedagógica)	15 016		(2 122)	12 894
LisbonPH /Farmacia Activa (Mufla)	3 152		(1 190)	1 962
C.M. Matosinhos (Viatura 9 lugares)	20 085		(3 370)	16 715
IKEA Mar Shopping (Maria do Mar)	15 600	7 800	(14 600)	8 800
C.M. Matosinhos (Horta Pedagógica)	23 600			23 600
Total	141 476	7 800	(56 724)	92 552

O aumento de 7.800€ está justificado no mapa Demonstração de Variação dos Fundos Próprios, de acordo com as políticas e referencial contabilístico, conforme nota 2.

11.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” reflete apenas saldos correntes e não existem valores em mora.

11.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	508	2 889
Total	508	2 889
Passivo		
Imp. sobre o Rend. das Pessoas Sing. (IRS)	4 619	3 056
Segurança Social	11 397	8 905
Outros Impostos e Taxas(Fundo Compen.)	143	122
Total	16 160	12 083

O valor em IVA, no Ativo, decorre da quantificação do benefício de 50 % do valor do IVA das refeições e dos bens de imobilizado (investimentos), nos termos do Dec. Lei nº20/90, de 13 de janeiro.

11.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	6 187	5 614	11 991	5 425
Credores por acréscimos de gastos		31 927		27 668
Outros credores		55		
Total	6 187	37 596	11 991	33 094

11.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios de outras entidades		
Doações particulares / Eventos	3 595	3 488
Doações Empresas / Mecenaz	7 389	4 000
Consignação IRS	21 692	16 899
Injunções	450	250
Total	33 126	24 637

Os “Subsídios e Apoios do Governo”, ascendem a 245.050€, estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

O total da rubrica Subsídios, doações e legados à exploração ascende a 278.576€ em 2019; em 2018 foi de 201.356€.

11.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos		
Piscina	14 243	14 036
Terapias	6 380	5 940
Cantina	13 070	10 721
Trabalhos especializados	5 365	3 202
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e segurança	779	2 062
Honorários	7 645	4 677
Conservação e reparação	7 529	3 090
Serviços bancários	130	91
Materiais		
Ferramentas e utensílios	692	932
Material de escritório/Livros	315	270
Artigos para oferta	295	235
Material de actividades	4 135	1 085
Cantina /alimentação	1 984	2 831
Energia e fluidos		
Eletricidade	4 915	4 067
Combustíveis	6 083	5 276
Água	1 195	1 094
Deslocações, estadas e transportes	2 028	1 957
Rendas e alugueres	918	853
Limpeza, higiene e conforto	1 817	1 831
Comunicação	1 219	1 063
Seguros	2 843	3 548
Contencioso e notariado	91	136
Total	83 670	68 995

11.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Outros rendimentos e ganhos		
Vendas de artigos prod. por utentes	4 830	1 406
Recuperação de custos	24	113
Imputações de sub. Investimento	10 307	9 028
Projeto Maria do Mar	14 600	-
Total	29 762	10 546

Outros Rendimentos e Ganhos, refere-se à Imputação de Subsídios para Investimento, na parte que corresponde à % de financiamento e para compensar os Gastos em Amortizações registados na rubrica respetiva, tal como consta da Nota 5. por contrapartida de Fundos Patrimoniais.

11.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Quotizações	96	198
Total	96	198

11.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	537	713
Total	537	713
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	227	176
Total	227	176
Resultados financeiros	(310)	(538)

11.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção no dia 6 de março de 2020.

S. Mamede Infesta, 6 de março de 2020

O Contabilista Certificado

A Direção,

Anabela Mota dos Santos Gonçalves

Graciosa Maria Oliveira Ferreira

Teresa Maria de Oliveira Sousa

Irene Maria Baptista Mafra Barreira

Aldina da Costa Rocha de Oliveira